



## A INCLUSÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNEMAT - *CAMPUS* UNIVERSITÁRIO DE SINOP

Jorge José Klauch\*

José Luiz Müller\*\*

### RESUMO

Este artigo aborda a inclusão dos deficientes visuais na universidade. O objetivo principal foi saber quais as dificuldades enfrentadas ao ingressarem na universidade. Servimo-nos da pesquisa qualitativa com aspectos de estudos de caso. As entrevistas foram semiestruturadas, com professores e acadêmicos do curso de Pedagogia da UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso, *Campus* Sinop. Nos reportamos à legislação existente, e autores como Paulo Freire, Maria Cristina Marques Ortiz e Ju Giuriato, para a base teórica. Como conclusão parcial, constatamos que se fazem necessárias mais políticas e práticas inclusivas para atender à necessidade de promover a inclusão das pessoas com deficiência visual na universidade.

**Palavras-chave:** Educação. Inclusão. Deficientes Visuais. Dificuldades.

### 1 INTRODUÇÃO

A inclusão, em todos os seus aspectos, requer uma série de medidas necessárias para que possa acontecer em qualquer espaço social. Quando falamos em educação, igualmente é necessário um conjunto de medidas que vêm desde profissionais qualificados, métodos apropriados, espaço físico e recursos materiais, até uma política de acolhimento e de reconhecimento das necessidades educacionais específicas de cada sujeito. Nesta pesquisa nos

---

\* Acadêmico do 7º Semestre do Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação e Linguagem da UNEMAT - *Campus* Universitário de Sinop. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docências (PIBID).

\*\* Graduado em Filosofia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Mestre em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Professor concursado em Didática, do *Campus* Universitário de Sinop.

ocupamos de uma necessidade educacional específica e, em particular na educação superior, ou seja a inclusão dos deficientes visuais nos cursos de licenciaturas na Universidade do Estado de Mato Grosso em Sinop, sendo que estudamos especificamente o caso do curso de Pedagogia. Foi realizada uma pesquisa qualitativa com aspectos de estudo de caso.

Este trabalho deve ser interpretado como um tema que, além de importante, é necessário trazê-lo à discussão em razão do preconceito e discriminação que os deficientes visuais foram vítimas ao longo da história.

Os sujeitos da pesquisa são acadêmicos da universidade, professores e gestores da instituição, incluindo uma aluna com deficiência visual. Sabe-se de quatro casos, dos quais uma desistência no curso em questão, tendo, inclusive um cego. A pesquisa também foi realizada com profissionais da educação superior e coordenadores de curso nos quais há casos de alunos com deficiência. Foram aplicados diferentes questionários para os alunos e os profissionais da educação.

A coleta de dados foi feita através de entrevistas com questionários semiestruturados, pois através do diálogo, gravado com a devida autorização dos sujeitos, mergulha-se no contexto da realidade dos entrevistados. As respostas foram posteriormente transcritas. Os questionários foram elaborados com o propósito de conhecer as ações que a UNEMAT, *Campus Sinop* está tomando para promover a inclusão dos deficientes visuais nos cursos de licenciatura.

Neste trabalho foi considerada a legislação existente, pois há, como já dissemos, leis específicas nacionais e até mesmo leis internacionais que dão pleno amparo aos acadêmicos que possuem tais dificuldades. Bem como teorias de grandes autores consagrados, como Freire, pela sua proposta pedagógica emancipatória do sujeito, Ortiz que coloca a inclusão como um grande desafio educacional para o século e Giuriato que realizou estudos específicos sobre cegueira.

## **2 DEFICIÊNCIA VISUAL: histórico, sistema braille, legislação e inclusão**

### **2.1 CONTEXTO HISTÓRICO**

A História da humanidade, assim como a da Educação, traz muitas características especificamente relacionadas a cada cultura quando falamos de diferentes maneiras de lidar com os problemas, as necessidades e os costumes de cada povo. Nesse sentido, ao lidar, principalmente com as pessoas com necessidades especiais, as diferenças também ficaram

muito evidentes em cada civilização. Ora as pessoas com deficiência eram tratadas como possuídos por demônios, ora por defeituosos, ou mesmo como amaldiçoados. Geralmente eram motivo de vergonha, perseguição, isolamento social ou, até mesmo, confinamento, conforme a gravidade avaliada do problema.

No contexto histórico, a deficiência visual é interpretada muitas vezes como um problema para a sociedade. Nos tempos antigos, por exemplo, encontramos fatos que confirmam esta afirmativa, como expõe Motta (2001, p. 62):

As pessoas cegas foram sempre consideradas como incapazes e dependentes, maltratadas e negligenciadas, sendo que algumas civilizações chegavam mesmo a eliminá-las. Somente há 200 anos atrás é que a sociedade começou a perceber que as pessoas cegas e com baixa visão poderiam ser educadas e poderiam viver independentemente.

Não haviam recursos destinados aos deficientes visuais, estes procuravam meios para sobreviver apesar das dificuldades:

Na China, a cegueira era comum entre os moradores do deserto. A música era uma alternativa para se ganhar a vida e para isto, os cegos precisavam exercitar o ouvido e a memória. Os japoneses, desde os tempos mais remotos, desenvolveram uma atitude mais positiva com relação às necessidades das pessoas cegas, enfatizando a independência e a autoajuda. O Egito era conhecido na antiguidade como o país dos cegos, tal a incidência da cegueira, devido ao clima quente e à poeira. Na Grécia, algumas pessoas cegas eram veneradas como profetas, porque o desenvolvimento dos outros sentidos era considerado como miraculoso. Em Roma, alguns cegos se tornaram pessoas letradas, advogados, músicos e poetas. (MOTTA, 2001, p. 62).

Com o tempo as civilizações foram se organizando com relação à inclusão das pessoas com deficiência visual, promovendo remotas condições e procurando dar apoio e amparo a essas pessoas. Durante a Baixa Idade Média os direitos dos portadores de necessidades especiais começaram a ser garantidos, como expõe Motta (2001, p. 63):

No Reino Unido, as primeiras referências às pessoas cegas datam do século XII, e mencionam um refúgio para homens cegos, perto de Londres, aberto por William Elsing. Os cegos eram geralmente mendigos que viviam da caridade alheia. Na Idade Média, mais atenção foi dada às pessoas pobres e deficientes, principalmente devido à lei - “The Poor Law Act”, lavrada em 1601, que mencionava, explicitamente, os pobres, os incapazes e os cegos, prevendo abrigo e suporte para estas pessoas. Desta data em diante e por mais uns duzentos anos, os cegos viveram em suas casas ou em instituições, os chamados “*asylums*”, contando com algum suporte dos governantes.

No século XVIII surgem às primeiras escolas específicas para formação dos deficientes visuais, como relata Jannuzzi (2004), procurando ensinar os cegos a ler, foram

inventados alfabetos para percepção tátil, letras gravadas em madeira, fundidas em chumbo e ainda recortadas em papelão.

## 2.2 SISTEMA BRAILLE

O sistema Braille começa a ser utilizado no século XVIII. O sistema da época era bem diferente dos dias atuais, no entanto, deu-se início ao que se conhece atualmente por alfabetização em Braille.

Jannuzzi (2004) relata que Valentin Haüy entre 1745 a 1822 foi uma das primeiras pessoas a usar letras em relevo e a simplificar as versões anteriores de modo que fosse mais fácil identificá-las só pelo toque, sem precisar contorná-las. (p. 26)

A partir de então, a inclusão encontrou mais força nos meios políticos e sociais. No século XIX encontramos Louis Braille, o qual perdeu a visão conforme relata Cerqueira (2009):

No ano de 1812, aos três anos, em certo dia fatídico, o menino curioso consegue penetrar na oficina misteriosa, alcança uma ferramenta pontiaguda (possivelmente uma sovela) e tenta furar ou cortar um pedaço de couro. Embora estas circunstâncias não passem de especulações, admite-se que a ferramenta perfurante tenha atingido um dos olhos, provocando forte hemorragia. Socorrido imediatamente, fora estancado o sangramento. Os recursos da medicina de então não eram suficientes para evitar o início de uma infecção que se instalou. O mal, que um antibiótico moderno teria certamente debelado, se propagou através do nervo óptico para o outro olho, num processo chamado de oftalmia simpática. Aos cinco anos, Louis Braille ficara completamente cego.

Louis Braille foi alfabetizado em uma escola especializada para cegos. Por conseguinte, o mesmo criou um sistema utilizado até os dias atuais pelas pessoas com deficiência visual, como relata Vale (2009, p. 10):

O sistema Braille foi desenvolvido pelo francês Louis Braille nascido no povoado de Coupvray no ano de 1809, [...] O sistema foi adaptado a todas as línguas, tornando-se o principal modelo de escrita para deficientes visuais. O Braille teve grande aceitação e em 1878, um congresso internacional realizado em Paris, com a participação de onze países europeus e dos Estados Unidos, estabeleceu que o Sistema Braille deveria ser adotado de forma padronizada, para uso na literatura, exatamente de acordo com a proposta de estrutura do sistema apresentada por Louis Braille em 1837.

Outro exemplo a ser citado, é Keller (1880-1968), a qual “surda e cega aprendeu a linguagem – na verdade tão bem, que obteve um bacharelado em inglês *cum laude* na faculdade de Radcliffe e escreveu 14 livros.” (KELLER, 2008, p. 7).

A preocupação relacionada com a educação especial repercutiu também no Brasil, logo após proclamar a sua independência iniciaram-se movimentos sociais buscando desenvolver atividades destinadas aos deficientes visuais.

Todavia quando se trata de favorecer o proletariado, visto que na época “aos olhos da elite a questão operária era uma questão de polícia, e não de política.” (COSTA, 1999, p. 262), os interesses pessoais eram colocados em primeiro lugar, no entanto, no Segundo Império iniciou-se a criação de institutos especializados no atendimento de pessoas cegas, como expõem Bruno e Mota (2001, p. 27):

A repercussão do sucesso das novas técnicas e métodos e a credibilidade na capacidade das pessoas cegas chegam ao Brasil encarnadas em José Álvares de Azevedo ao regressar de seus estudos em Paris, no Instituto Real dos Jovens Cegos. José Álvares de Azevedo ensina o Sistema Braille à Adèle Sigaud, filha cega do Dr. Xavier Sigaud, médico do Paço, e logo Adèle é levada à presença de D. Pedro II pelo Dr. Sigaud e pelo Barão do Bom Retiro para apresentar suas idéias de ter-se no Brasil um colégio onde as pessoas cegas pudessem estudar. A concretização desse ideal se consubstanciou na criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos a 17 de setembro 1854, hoje Instituto Benjamin Constant.

Inicialmente o Instituto Benjamin Constant funcionava somente com a finalidade de ministrar aulas de instrução primária, já nos dias atuais, o referido instituto também “capacita profissionais, assessora outras escolas e instituições, realiza consultas oftalmológicas à população, habilita e reabilita, promove edições em Braille, publicações científicas e produção de livros em áudio.” (CABRAL; NASCIMENTO, 2009).

### 2.3 LEGISLAÇÃO E INCLUSÃO

São muitas as leis que visam à inclusão das pessoas em todos os aspectos da vida social, econômica e política. Entretanto, as ditaduras implantadas no Brasil, como a de Marechal Deodoro da Fonseca em 1889, a República Café com leite, o golpe do Estado Novo organizado por Getúlio Vargas em 1937, e o golpe militar de 1964 impediram o país de promover a inclusão social, por essa razão, a palavra inclusão só foi aparecer na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998), como afirma Moreira et al. (2011, p. 03):

Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência passa a ser ofertado preferencialmente na rede regular de ensino e, com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, a educação especial passa a ser concebida como uma modalidade de educação escolar.

Algumas universidades brasileiras, já estão promovendo essa inclusão, disponibilizando equipamentos necessários para que os deficientes visuais possam utilizar na sua formação materiais digitados, livros em Braille, livros falados, e leitores voluntários para fazerem a leitura de livros e textos expressos. A Constituição Federal (BRASIL, 1988) em seu artigo 208, inciso III garante “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. No caso a lei aborda, e muito bem, a questão do ensino regular, mas quem está hoje nessa modalidade de ensino provavelmente desejará ingressar numa universidade. Se na maioria das vezes há muita desistência é porque não há condições necessárias para que o mesmo possa dar continuidade aos estudos, ou há falta de incentivo.

Em 2005 o governo federal criou o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir), que propõe ações para garantir o acesso pleno de pessoas com deficiência às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O Incluir visa fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas IFES, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação. O programa tem como objetivos:

- 1.1. Implantar a política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva na educação superior.
- 1.2. Promover ações para que garantam o acesso, permanência e sucesso de pessoas com deficiência nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES).
- 1.3. Apoiar propostas desenvolvidas nas Instituições Federais de Educação Superior para superar situações de discriminação contra esses estudantes.
- 1.4. Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que favoreçam o processo de ensino e de aprendizagem;
- 1.5. Promover a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas e de comunicações. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2010, p. 52).

Como se pôde observar para tudo hoje em dia são criadas leis específicas, mas o problema está no fato de que as leis que são criadas, na maioria das vezes, não são cumpridas. Por outro lado quando são cumpridas, pode-se perceber facilmente que há interesses políticos por trás dessa ‘bondade’, ‘caridade’, ‘boa intenção’.

De fato há pessoas que, para se manter na elite, promovem políticas públicas para ‘beneficiar os deficientes’. Na verdade para benefício de si mesmo, pois apresentam assistencialismo como se fosse política pública. Isso é camuflagem, ou seja, fingir que está promovendo a inclusão mas na verdade, o que está acontecendo, é um jogo político para agradar a maioria da população ‘fórmula farisaica’ (FREIRE, 1996, p. 14) e não é isso que os deficientes visuais estão necessitando, mas sim de políticas públicas permanentes, garantindo

assim que os direitos constitucionais e legislativos sejam cumpridos, e que a tão falada inclusão social, aconteça de fato. Os direitos garantidos por lei já existem, o que falta é pô-los em prática.

### 3 ANÁLISE

As perguntas realizadas aos acadêmicos visaram obter o conhecimento quanto à deficiência visual, a convivência com deficientes visuais (DV) no ambiente de estudo, qual a opinião sobre a utilização por parte dos docentes de materiais e didáticas diferenciadas para o atendimento dos DV e a percepção das dificuldades enfrentadas na instituição.

Analisando a resposta dos acadêmicos dos cursos de licenciatura da UNEMAT/Sinop, percebeu-se que estes não possuem conhecimento aprofundado com relação à deficiência visual. Sob o olhar de alguns, a deficiência visual é meramente o não enxergar, não ver, como afirma uma das entrevistadas:

**(01) Acadêmico J:** Deficiência visual é quando a criança por algum motivo de nascença, alguma doença, perde a visão.

No entanto os PCNs nos esclarecem que:

Deficiência visual é a redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica. Manifesta-se como: cegueira: perda da visão, em ambos os olhos, de menos de 0,1 no melhor olho após correção, ou um campo visual não excedente a 20 graus, no maior meridiano do melhor olho, mesmo com o uso de lentes de correção. Sob o enfoque educacional, a cegueira representa a perda total ou o resíduo mínimo da visão que leva o indivíduo a necessitar do método Braille como meio de leitura e escrita, além de outros recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação; visão reduzida: acuidade visual dentre 6/20 e 6/60, no melhor olho, após correção máxima. Sob o enfoque educacional, trata-se de resíduo visual que permite ao educando ler impressos a tinta, desde que se empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais.

Segundo as respostas obtidas, na visão dos acadêmicos há várias opiniões quanto ao relacionamento entre os deficientes visuais e os demais colegas, alguns acham que a universidade não possui preparo suficiente para promover o tratamento adequado aos DV, e outros acham que já há um grande avanço com relação a isso, e que atualmente a questão da inclusão é vista com mais naturalidade.

No início a convivência dos deficientes visuais com os demais acadêmicos foi prejudicada devido à metodologia utilizada pelos docentes durante o curso, muitas vezes

havia a necessidade da colaboração de outros acadêmicos para a realização das atividades exigidas em sala de aula. Em relação ao convívio promovido pela inclusão destes acadêmicos, uma das entrevistadas afirma que:

**(02) Acadêmico L:** [...] é tratada com naturalidade hoje... no começo foi uma coisa meio estranha.

Com relação à utilização de metodologias e materiais específicos para atender esses acadêmicos, a maioria dos entrevistados considera que não há materiais acessíveis e que os docentes passam suas responsabilidades para os demais alunos, os quais se sentem na obrigação de auxiliar os mesmos em suas atividades acadêmicas. Esse ponto de vista pode ser observado na seguinte resposta de uma das entrevistadas:

**(03) Acadêmico F:** [...] eles jogam é para os colegas de trabalho, que a gente tem que ler, fazer o trabalho em grupo, no estágio eles não orientam nada, nem no estágio, nem no trabalho em grupo, não tem o material específico para um deficiente visual.

Quanto à relação existente os deficientes visuais e os demais acadêmicos, há um consenso entre os entrevistados, os quais consideram que a relação é muito boa, pois os DV são normais como as outras pessoas, e os acadêmicos procuram dar sua colaboração de acordo com as necessidades.

De acordo com os entrevistados as grandes dificuldades enfrentadas pelos acadêmicos com deficiência visual estão relacionadas à estrutura física da instituição e à metodologia utilizada pelo corpo docente, como afirmam a seguir:

**(03) Acadêmico F:** A nossa universidade não está apta para receber um deficiente visual porque não tem acesso, precisa de rampa, precisam de mesas adequadas, mesmo os corredores, quando faz evento no anfiteatro, o movimento... coloca-se mesas, então isso dificulta mesmo. Então eu diria que primeiro de tudo é a acessibilidade.

**(04) Acadêmico O:** [...] eu acredito que a maior dificuldade daí então é o conteúdo não adaptado, esse conteúdo não ser adaptado para o deficiente visual desde o primeiro semestre ali, tendo uma metodologia própria para atender realmente, acho que essa é a maior dificuldade. E do espaço físico que tem que rever a acessibilidade em todas as áreas



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise da pesquisa realizada conclui-se que há necessidade de promover a inclusão das pessoas com deficiência visual, no entanto, a instituição não se encontra totalmente preparada tanto estruturalmente como didaticamente. Percebe-se a necessidade do cumprimento das leis e decretos publicados pela União com relação aos direitos das pessoas com deficiência visual. A universidade está procurando adequar-se a essas exigências, levando em conta que foram adquiridos alguns materiais acessíveis e foram tomadas algumas providências com relação ao caso estudado, como a realização de um teste seletivo para a contratação de profissionais especializados, no caso leitores, para auxiliarem os deficientes visuais, a orientação pedagógica dada aos docentes no sentido dos arquivos eletrônicos dos textos estudados, a aquisição de *notebook* para a realização dos trabalhos.

### L'INCLUSION DES PERSONNES HANDICAPÉES VISUELLES AU COURS DE PEDAGOGIE DE UNEMAT – CAMPUS SINOP

#### RÉSUMÉ<sup>1</sup>

Cet article aborde l'inclusion des personnes handicapées visuelles dans l'université. L'objectif principal a été savoir quelles sont les difficultés pour qui passent les étudiants quand- ils commencent les cours à l'université. On a utilisé la recherche qualitative avec des aspects d'étude de cas. Les entretiens ont été semi-structurés, avec des professeurs et des étudiants du cours de Pédagogie de Unemat – Université d'État de Mato Grosso, campus Sinop. On utilise la législation existante et des auteurs comme Paulo Freire, Maria Cristina Marques Ortiz e Ju Giuriato pour donner la base théorique. Conclusion partielle: on a besoin de politiques et pratiques inclusives à fin de faire attention à la promotion et inclusion des personnes handicapées visuelles dans l'université.

**Mots-clés:** Éducation. Inclusion. Personnes handicapées visuelles. Difficultés.

#### REFERÊNCIAS

---

<sup>1</sup> Tradução realizada pelo professor Ederson Lima de Souza (CRLE – Revista **Eventos Pedagógicos**).

ACADÊMICO F. **Acadêmico F.** [julho 2013]. Entrevistador: Jorge José Klauch Sinop, MT, 2013. Aparelho de celular (15 min.). Entrevista concedida para monografia A inclusão dos deficientes visuais no Curso de Pedagogia da UNEMAT/*Campus* Universitário de Sinop.

ACADÊMICO J. **Acadêmico J.** [julho 2013]. Entrevistador: Jorge José Klauch Sinop, MT, 2013. Aparelho de celular (13 min.). Entrevista concedida para monografia A inclusão dos deficientes visuais no Curso de Pedagogia da UNEMAT/*Campus* Universitário de Sinop.

ACADÊMICO L. **Acadêmico L.** [julho 2013]. Entrevistador: Jorge José Klauch Sinop, MT, 2013. Aparelho de celular (10 min.). Entrevista concedida para monografia A inclusão dos deficientes visuais no Curso de Pedagogia da UNEMAT/*Campus* Universitário de Sinop.

ACADÊMICO O. **Acadêmico O.** [julho 2013]. Entrevistador: Jorge José Klauch Sinop, MT, 2013. Aparelho de celular (15 min.). Entrevista concedida para monografia A inclusão dos deficientes visuais no Curso de Pedagogia da UNEMAT/*Campus* Universitário de Sinop.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) >. Acesso em: jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394,** de 20 de dezembro de 1996. Ministério da Educação. 1996.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação PNE 2011 a 2020,** Brasília, 2010.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia; MOTA, Maria Glória Batista da. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência visual.** Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2001.

CABRAL, Cristina Andrea; NASCIMENTO, Lidianie Faria do. **Orientação e Mobilidade e Sistema Braille na Reabilitação do Instituto Benjamin Constant: Caminhando Juntos para a Inclusão.** 2009. Disponível em:  
[http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/tecnologia-assistiva/Curso%20de%20Extens%C3%A3o%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial%20na%20perspectiva%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva%20estrat%C3%A9gias%20pedag%C3%B3gicas%20para%20favorecer%20a%20inclus%C3%A3o%20escolar/CABRAL\\_E\\_NASCIMENTO\\_OK.pdf](http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/tecnologia-assistiva/Curso%20de%20Extens%C3%A3o%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial%20na%20perspectiva%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva%20estrat%C3%A9gias%20pedag%C3%B3gicas%20para%20favorecer%20a%20inclus%C3%A3o%20escolar/CABRAL_E_NASCIMENTO_OK.pdf).> Acesso em: jun. 2010.

CERQUEIRA, Jonir Bechara. **Louis Braille - Um Benfeitor da Humanidade.** 2009  
Disponível em: <  
[http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos\\_Meios\\_RBC\\_RevEE2Out2009\\_Texto\\_1.doc](http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevEE2Out2009_Texto_1.doc)>. Acesso em: jun. 2010.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos.** 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GIURIATO, Ju. **Estudo sobre cegueira.** Texto impresso. Centro Cultural Louis Braille de Campinas, 2006.

JANNUZZI, Gilberta Martino. **A educação do deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

KELLER, Helen. **A história da minha vida: com suas cartas (1887-1901) e um relato**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio Ltda, 2008.

MOREIRA, Laura Ceretta; BOLSANELLO, Maria Augusta; SEGER; Rosangela Gehrke. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 125-143, jul./set. 2011.

ORTIZ, Maria Cristina Marques. **Inclusão: um grande desafio educacional do século XXI**. Mimeo, São Paulo, 2010.

VALE, Elton Rocha. **Tecnologias Assistivas e Suportes Informacionais para Portadores de Necessidades Especiais Visuais: Estudo Exploratório Nas Bibliotecas Setoriais da UFBA**. Salvador, BA, 2009. Disponível em: <  
[http://rabci.org/rabci/sites/default/files/MONOGRAFIA\\_FINAL%20ELTON%20ROCHA.pdf](http://rabci.org/rabci/sites/default/files/MONOGRAFIA_FINAL%20ELTON%20ROCHA.pdf)  
f.> Acesso em: jun. 2010.